



Café com
Sustentabilidade

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

Edição 59

Outubro 2021

Desafios climáticos e avanços do setor financeiro

Índice

04

Jornada de
implementação
da TCFD no setor
bancário brasileiro

07

A visão e atuação
de entidades do
sistema financeiro

13

NetZero:
da ciência à
prática

Créditos

Coordenação

Diretoria de Sustentabilidade, Cidadania Financeira,
Relações com Consumidor e Autorregulação

Apoio

noomis

Projeto Gráfico

Mveras Design

Redação

Gustavo Viana - Jornalista

Informações

sustentabilidade@febraban.org.br

Apresentação

Durante a abertura do 59º Café com Sustentabilidade, Amaury Oliva, diretor de Sustentabilidade, Cidadania Financeira, Relações com o Consumidor e Autorregulação da Febraban, destacou a trajetória da agenda de sustentabilidade na pauta da entidade e das instituições financeiras. “Evoluímos muito nesse período e temos intensificado a atuação para endereçar temas que demandam o envolvimento do setor, como os riscos climáticos”, disse Amaury.

O evento, realizado no dia 27 de outubro de 2021, ocorreu também às vésperas da 26ª Conferência das Partes da Convenção do Clima das Nações Unidas (COP 26), realizada em Glasgow, no Reino Unido, de 31 de outubro a 12 de novembro, e foi marcado pelo debate com informações atualizadas e a proposta de provocar reflexões sobre a atuação do setor financeiro nacional na agenda climática.

Para discutir quais são os desafios diante dos riscos climáticos e dentro do contexto de transição para uma economia verde e de baixo carbono, a edição de 2021 do Café com Sustentabilidade reuniu, em evento online e transmitido ao vivo na plataforma Noomis, representantes de diversas entidades do setor financeiro, além de especialistas em finanças sustentáveis e de ciência do clima. “Vamos debater a atuação das instituições financeiras nesta importante agenda, de que forma essas empresas estão incorporando as questões climáticas nos seus negócios, como essas iniciativas estão conectadas com

a ciência e quais os pontos que devem ser considerados na definição das metas de neutralização de emissões e nas ações para a sua implementação”, ressaltou Amaury, que destacou que até a data de realização do evento 10 bancos com atuação no Brasil já haviam anunciado a adesão à iniciativa de NetZero Banking Alliance (NZBA), criada pela Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI) para apoiar a mobilização do setor financeiro na construção de uma economia que seja zero em emissões de carbono, reforçando as entregas das metas do Acordo de Paris. As instituições participantes assumiram o compromisso de fazer a transição de todas as emissões de carbono, diretas ou indiretas, para seguir rumo ao Net Zero até 2050.

A Febraban trabalha para apoiar os bancos na implementação da agenda de sustentabilidade no setor financeiro, alinhada também com o objetivo de atender as recomendações da Força Tarefa do Financial Stability Board (FSB) no âmbito da divulgação de informações financeiras associadas às mudanças climáticas. A Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD) compõe uma série de orientações às organizações para que elas sejam transparentes sobre seus processos para gerenciar, medir e reportar os impactos e também oportunidades climáticas sobre as suas carteiras e operações.



Jornada de implementação da TCFD no setor bancário brasileiro

O gerente de Finanças Sustentáveis na Sitawi Finanças do Bem, Guilherme Teixeira, destacou como as instituições financeiras estão trabalhando para gerir riscos, impactos e oportunidades na jornada do setor bancário brasileiro rumo à implementação das recomendações da TCFD, lançadas em 2017 pelo Financial Stability Board (FSB) como uma iniciativa global que busca tornar mais transparente o risco climático das empresas. A Sitawi é a parceira da Febraban para a implementação dessas recomendações no setor bancário desde 2018.

Teixeira lembrou que dois bancos brasileiros estão desde o começo da adoção da agenda de recomendações da TCFD, em 2017, junto a outros 14 bancos internacionais que atuam sob a orientação da UNEP FI, braço financeiro do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

Em 2018, Febraban e Sitawi iniciaram um processo de construção de um Roadmap brasileiro para incorporação das recomendações junto com o Grupo de Trabalho (GT) de Clima e Economia Verde, composto por bancos associados à Federação. “Na ocasião, ficou muito claro que teríamos pela frente alguns desafios particulares por estarmos em um mercado emergente”, lembra Teixeira. “A TCFD fala de riscos climáticos e isso demanda que se olhe muito à frente. As recomendações funcionam como um exercício para tentar retirar algumas nuvens no horizonte para perceber como o clima pode estar impactando os resultados financeiros e as carteiras”, completou.



Para superar essas questões, o gerente da Sitawi lembra que, quando foi iniciado o trabalho, ficou evidente que era importante que a TCFD não fosse vista apenas como uma nova referência de transparência e reporte, porque dessa forma ela correria o risco de ficar “jogada para escanteio”, assim como outros padrões de reporte. “Para conseguir incorporar isso de maneira central na gestão de riscos e nas estratégias das instituições bancárias, constatamos que era importante ver a TCFD muito mais como um *framework* de gestão, de boas práticas de riscos de gestão e oportunidades climáticas”, disse. Com isso em mente, foram desenvolvidos dois planos de ação, um em nível da Federação

e outro individual, de acordo com a maturidade de cada banco. E o papel da Febraban foi o de atuar como uma espécie de tradutora dessas recomendações para o contexto bastante diverso do setor bancário brasileiro.

Em 2019 foram criados e divulgados guias e ferramentas para ajudar a traduzir a TCFD para o contexto local e alinhar abordagens: a Régua de Sensibilidade ao Risco Climático, métrica desenvolvida por este grupo que possibilita aos bancos medirem a exposição de suas carteiras aos riscos climáticos, com o objetivo de priorizar ações de gestão desses riscos; e a Ferramenta de Correlação, que possibilita a correspondência entre as recomendações e os demais *frameworks* de reporte de mercado, muitas vezes já utilizados também pelos bancos. Já o Guia de Ferra-

mentas para Apoio à Gestão de Riscos Climáticos foi desenvolvido para divulgar informações como quais clientes ou regiões estavam mais ou menos expostas aos riscos climáticos. Esses guias e ferramentas estão disponíveis no site da Febraban www.febraban.org.br.

Entre 2019 e 2020 foi o momento de aprofundar na capacitação em temas climáticos, e por isso foram realizados treinamentos para entender como estudar e discutir temas específicos, não só para as equipes de sustentabilidade e/ou riscos socioambientais, mas principalmente para as de riscos e crédito, além de outras como as de produtos e auditorias, com objetivo de entender como conectar a TCFD com riscos e oportunidades de alguns setores específicos.

Teixeira avalia que avanços vêm sendo conquistados nos processos internos dos bancos, como a incorporação de agenda específica de implementação das recomendações da TCFD aos colegiados de sustentabilidade/RSA e ao Conselho de Administração, o aumento do número de bancos que fazem o monitoramento da exposição da carteira a setores críticos e oportunidades climáticas, e a recomendação de adesão a compromissos voluntários de reporte, como o CDP, GHG e Protocol, para os clientes mais críticos. “Quando comparamos com o ano de

2018, os avanços de governança são muito evidentes, mas há uma série de desafios ainda pela frente”. Outra boa notícia é o fato de ter dobrado, para 20 instituições, o número de bancos no Grupo de Trabalho Clima e Economia Verde dedicado a pensar em novas ações e desafios, o que inclui desde cooperativas a grandes bancos.

Um dos principais desafios, aponta Teixeira, é definir qual a melhor forma que as instituições financeiras devem empregar para mensurar as suas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), com foco especial nas emissões decorrentes das carteiras dos bancos, as chamadas emissões financiadas. “O desafio é como coletar essas informações, que são fundamentais para conseguir definir metas alinhadas ao Acordo de Paris”.

Para 2022, uma das grandes metas é o piloto para aperfeiçoamento da Régua de Sensibilidade a Riscos Climáticos, importante métrica criada pela Febraban para auxiliar cada instituição na análise da sensibilidade da carteira de crédito dos bancos aos riscos climáticos. “Teremos nos próximos anos, por exemplo, um olhar dedicado ao agronegócio, que já está sendo desenvolvido desde o ano passado”, adiantou Teixeira.

Ampliar as discussões e orientações para transparência sobre riscos e oportunidades climáticas (incluindo novas normas BCB/CMN), e aumentar as discussões e orientações para o uso de cenários climáticos em Programas de Testes de Estresse, bem como as orientações sobre operações de dívida sustentável, são outras iniciativas previstas para o próximo ano. “Vamos também trabalhar para orientar em relação a novos caminhos. A agenda de baixo carbono traz uma série de oportunidades para a economia nacional e para os bancos”, completou Teixeira.

A visão e atuação de entidades do sistema financeiro

O PRIMEIRO PAINEL DO 59º CAFÉ COM SUSTENTABILIDADE PROMOVEU O DEBATE SOBRE A VISÃO E ATUAÇÃO DE DIFERENTES ENTIDADES DO SISTEMA FINANCEIRO.

O presidente da Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec), Fabio Coelho, abriu o painel destacando a forma como as instituições financeiras estão avançando na agenda da sustentabilidade, vencendo o ceticismo inicial. “Todo mundo está avançando, mas ainda existe um dever de casa a ser feito”, diz.

Coelho comentou que enxerga três grandes grupos de associados da Amec se movendo em uma mesma direção, mas em velocidades diferentes. O primeiro é formado pelas instituições de mercado que de alguma maneira praticam iniciativas de sustentabilidade e estão convencidas da sua importância, desenvolvendo estratégias e se posicionando. O segundo grupo, no entanto, reúne organizações que esperam a regulação ser obrigatória, aguardando “a barra ser levantada” para seguir as exigências do *compliance* e promover as mudanças. Já o terceiro grupo é composto por empresas que estão se movimentando à medida que os clientes pedem. “Na média do setor, as empresas ainda estão formando equipes e levantando base de dados. Ainda temos muito espaço pra avançar”, diz.

Sobre a pauta climática, o presidente da Amec avalia que as gestoras ainda estão um passo atrás dos bancos, que estão “na crista da onda” da sustentabilidade. “Mas as gestoras de investimentos (assets) locais estão formando suas equipes e sendo estimuladas pelas assets estrangeiras. Na Europa, sobretudo, essas empresas já são cobradas a reportar informações que ainda não estão disponíveis no Brasil”, aponta Coelho. O executivo considera que faltam alguns passos em relação ao ambiente regulatório, no qual é preciso avançar. “Temos informações muito dispersas ainda, que não permitem fazer um comparativo entre as empresas. Acho que a regulação é fundamental dentro desse processo, não consigo ver de outra maneira”.

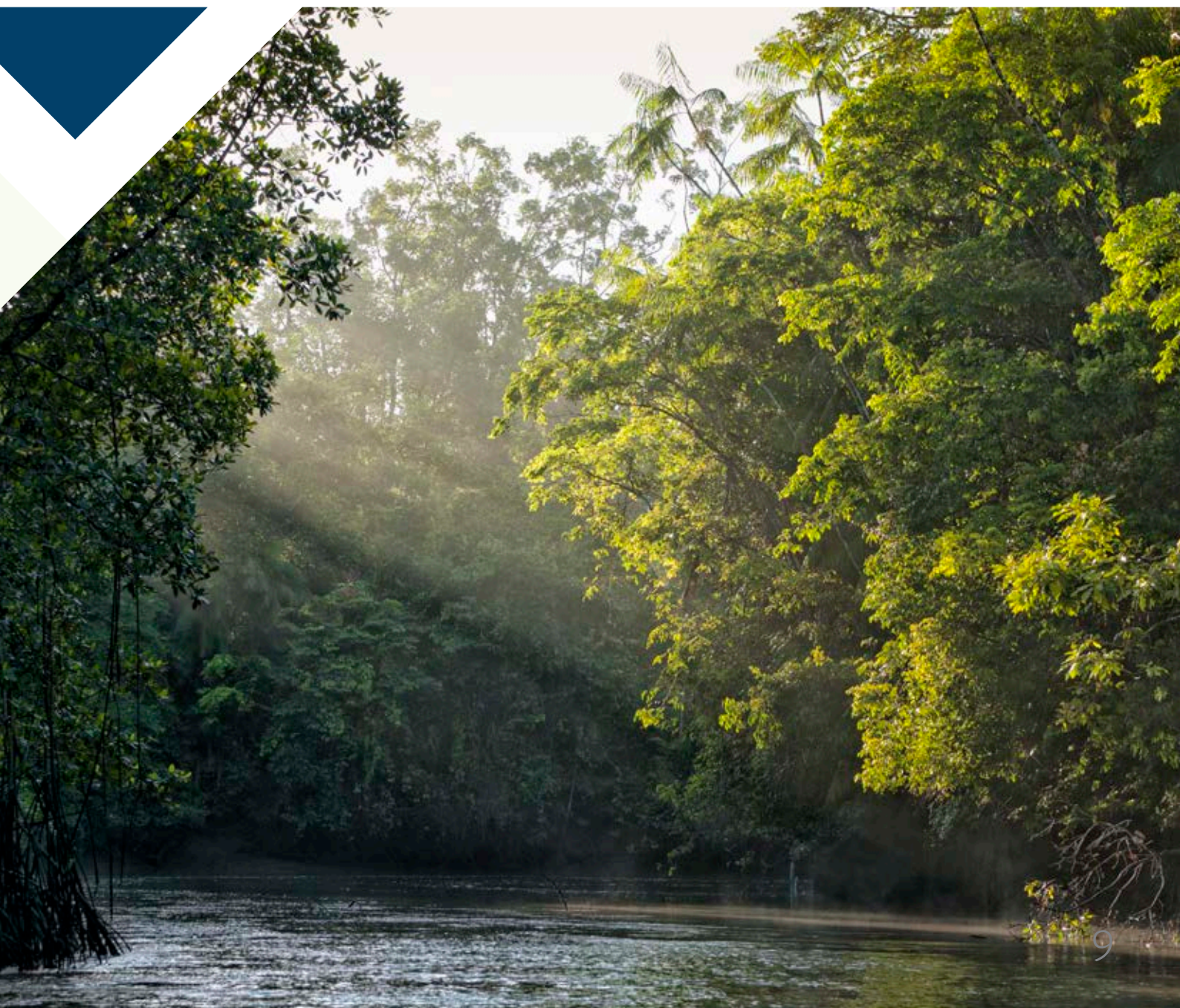
Um dos desafios do setor, diz Coelho, é como os agentes do mercado de capitais - que possivelmente passaram os últimos 20 anos analisando balanços de empresas sob uma ótica exclusivamente financeira – irão incorporar toda a agenda de sustentabilidade em uma decisão de compra e venda de ativos. “Para avançar é preciso informação e estruturar uma base de dados, o que pode ser feito com a ajuda de uma consultoria externa”.

Uma das iniciativas da Amec para auxiliar as empresas foi a criação do Fórum ESG Investidor & Empresa, desenvolvido para discutir tendências e desafios e apresentar uma visão de como planejar, implantar estratégias e atuar de forma sustentável. Realizado em parceria com a Abrasca e a B3, o evento teve o primeiro encontro em 26 de outubro de 2021, com 160 participantes. “Serão realizados 16 encontros, em cerca de oito meses, compostos por conversas mais reservadas entre investidores e empresas”, contou Coelho.

A coordenadora do Comitê Técnico de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), Raquel Castelpoggi, comentou sobre uma recente pesquisa realizada pela entidade, em parceria com a Sitawi, que trouxe um retrato do setor sobre os temas ESG (Ambiental, Social e de Governança, da sigla em inglês). Foram ouvidas 57 entidades, o que corresponde a 72% do patrimônio das associadas da Abrapp, e o estudo mapeou não só a questão dos investimentos, mas também a gestão sustentável dessas entidades. “Tivemos boas surpresas, outras não. O importante é que agora temos esse retrato e vamos poder trabalhar em torno disso nos próximos anos, especialmente em 2022”, disse.

A Abrapp conta com diversos guias normativos de governança, sustentabilidade, ética e investimentos, alguns deles com embasamento nos ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e nas recomendações da TCFD. “Estamos divulgando esse material de maneira mais efetiva e sabemos que temos uma longa jornada pela frente. Procuramos inserir os links desses guias nos próprios relatórios, já indicando as informações que são necessárias para uma empresa

sair de um determinado patamar para alcançar outro”, disse. Raquel destacou que o resultado da pesquisa revelou que a governança é um tema que avançou bastante. Nas questões sociais e ambientais, foi dado um pequeno salto no último ano, sobretudo em função da pandemia, mas ainda é um tema que precisa melhorar. Já a questão do clima, no entanto, ainda não é um tema tratado com a devida atenção por parte das entidades do setor. “Foi um aspecto que nos preocupou bastante. Até pouco tempo atrás nós falávamos que a mudança climática iria impactar,



mas agora a gente sabe que já impacta e muito. Já conversamos sobre isso dentro da Abrapp e nesta semana fizemos uma ampla divulgação sobre treinamentos realizados por algumas organizações para promover a capacitação em TCFD”.

A coordenadora da Abrapp comentou que, em alguns casos, as empresas não têm as informações que precisam ser fornecidas, o que acaba sendo um impedimento no Brasil para avançar no combate às questões climáticas. A pesquisa realizada pela entidade revelou que só três empresas investidas fazem relatórios de sustentabilidade. “A taxonomia – classificação ou rotulagem dos investimentos ESG (com critérios ambientais, sociais e de governança) - está aí, nós temos cobranças. E a Previ já está ensaiando uma legislação mais poderosa sobre o assunto”, disse.


O principal dever de casa da Abrapp, segundo Raquel, é suscitar a importância do tema para as entidades fechadas de previdência complementar e trabalhar isso de forma mais efetiva por meio de treinamentos, seminários e workshops. “Vamos nos encontrar muito daqui para frente para abordar o assunto com conselheiros, dirigentes, investidores e o Comitê de Investimentos, para que o tema passe a fazer parte do dia a dia”.

A superintendente de Relações de Consumo e Sustentabilidade na CNseg, Luciana Dall’Agnol, destacou que, por conta dos três pilares que regem a cadeia de seguros - gerenciamento, tomada de risco e gestão de ativos – as empresas do setor são protagonistas naturais da agenda de transformação para a economia verde e de baixo impacto climático. “No último relatório da TCFD, as seguradoras aparecem com destaque entre as organizações que mais evoluíram na implementação das recomendações, atrás apenas da construção civil”, diz.

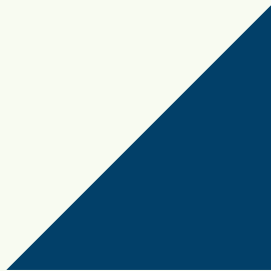
Quando se avalia o nível de engajamento, levando-se em consideração as 11 recomendações da TCFD, as empresas do setor superaram em 11% seu nível médio de divulgação entre 2019 e 2020. “Essa evolução demonstra a importância dessa agenda no plano estratégico das empresas do segmento”, diz Luciana.

A superintendente da CNseg acredita que, por outro lado, a crise provocada pela pandemia da Covid-19 acabou tornando mais evidente a importância de rever alguns modelos de negócio. “A sociedade e as empresas estão mais conscientes sobre riscos como o aquecimento global e as mudanças climáticas. O novo coronavírus despertou uma maior preocupação para a agenda ESG. É um momento favorável para falar o tema”, diz Luciana.

Eventos climáticos catastróficos já causaram perdas de US\$ 40 bilhões para as seguradoras somente no primeiro semestre de 2021, segundo estudo da Swiss Re Institute, o que representa o maior prejuízo semestral em quase 10 anos. “Estamos cientes da gravidade do problema e da relevância de promover



NO ÚLTIMO RELATÓRIO DA TCFD, AS SEGURADORAS APARECEM COM DESTAQUE ENTRE AS ORGANIZAÇÕES QUE MAIS EVOLUÍRAM NA IMPLEMENTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES, ATRÁS APENAS DA CONSTRUÇÃO CIVIL



a agenda ESG para as nossas associadas e para a sociedade como um todo”, diz. A CNseg conta com uma comissão temática, a Comissão de Integração ASG, criada em 2012, que reúne executivos do setor responsáveis em promover essa agenda. Um dos trabalhos mais importantes do grupo é a divulgação dos relatórios de sustentabilidade do setor de seguros, divulgado desde 2015. Os dados de 2020, que envolveram 86% das empresas do setor, revelam que 55% das participantes consideram os riscos climáticos no desenvolvimento de produtos e serviços; 35% levam em consideração esses riscos nas políticas de aceitação de riscos e modelos de subscrição; e 30% na avaliação de riscos para decisões de investimentos relacionados à ativos financeiros. Conheça o relatório na íntegra no link <https://cnseg.org.br/publicacoes/relatorio-de-sustentabilidade-do-setor-de-seguros-2020.html>

“Apesar do setor estar bem posicionado e já trabalhar as recomendações da TCFD em suas demonstrações financeiras, os números evidenciam que ainda

temos muito trabalho pela frente”, aponta Luciana.

A CNseg reconhece que a agenda de adaptação às mudanças climáticas será alvo de políticas públicas no Brasil e no mundo. Portanto, a revisão de normas que considerem esses aspectos nas operações é uma tendência internacional de regulação do sistema financeiro no mundo todo, o que inclui as associadas da entidade. A elaboração de políticas de responsabilidade socioambiental e climática para o setor de seguros, e de normativos voltados ao aprimoramento da gestão de riscos ESG estão contidas no plano de regulação da entidade para 2021. A Superintendência de Seguros Privados (Susep) preparou um edital de Consulta Pública nº 44/2021 sobre

requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais. “Isso deve trazer um número maior de empresas para incorporar as recomendações no planejamento estratégico, dando uma contribuição para a agenda de desenvolvimento sustentável e de adaptação climática”, diz Luciana. Um dos projetos que estavam previstos para o plano de trabalho da CNseg de 2021, mas que deve ser executado em 2022, é a entrega de um estudo para gerenciamento de riscos climáticos nos negócios de seguros de danos e responsabilidade nas operações, levando em conta as recomendações da TCFD.

O superintendente de Sustentabilidade na B3, César Sanches, enumerou algumas iniciativas da instituição para mostrar como o trabalho de governança foi feito ao longo dos anos e como o tema ESG está na pauta da instituição há muitos anos, desde o ano 2000, quando foi lançado o Novo Mercado, passando por 2005, com o lançamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3) e a entrada no Pacto Global das Nações Unidas, até chegar a 2021, com o relatório anual totalmente auditado externamente e alinhado aos ODS da ONU.

Sanches destacou que, dos 69 índices da Bolsa, oito são focados em ESG, entre eles o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE B3), o Índice de Carbono Eficiente (ICO2 B3) e o Índice S&P/Brasil ESG, em parceria com a S&P. Além disso, a entidade vai lançar em janeiro de 2022 um índice em parceria com a consultoria global Great Place to Work (GPTW), o Índice GPTW B3, com foco nas empresas que possuem as melhores práticas no mercado de trabalho. O ISE, por sinal, indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas selecionadas pelo comprometimento com a sustentabilidade empresarial, passou por uma revisão metodológica que, na

avaliação da B3, foi muito bem recebida pelo mercado. “O objetivo do índice passou a ser muito mais direto e transparente”, diz Sanches.

O executivo da B3 falou sobre as oportunidades que as mudanças climáticas e eventos extremos geram para o setor, por meio de acesso ao mercado de capitais (Green, Social ou Sustainability bonds), bem como ao acesso a mercados internacionais, à mudança do perfil de débito e à otimização das operações. “São elementos para quem enxerga as oportunidades para atender melhor os consumidores. A B3 estuda o mercado de carbono e existe um potencial de oportunidades para apoiar o desenvolvimento desse mercado no Brasil”, aponta Sanches, que citou como exemplo bem-sucedido a experiência com o Crédito de Descarbonização (CBIO), um dos instrumentos adotados pela Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) para atingir metas de descarbonização para o setor de combustíveis.

O painel “A Visão E Atuação De Entidades Do Sistema Financeiro” teve a moderação de Beatriz Secaf, gerente de Sustentabilidade na Febraban.



NetZero: da ciência à prática

O PAINEL “NET ZERO:
DA CIÊNCIA À PRÁTICA”
DEBATEU AS INICIATIVAS
DE NEUTRALIZAÇÃO DE
EMISSÕES DE GASES
DE EFEITO ESTUFA NO
SETOR BANCÁRIO.

A moderação deste painel foi conduzida por Thaís Tannús, assessora de sustentabilidade da Febraban.

Para a coordenadora da UNEP FI para América Latina e Caribe, Maria Eugenia Sosa Taborda, as recomendações da TCFD foram evoluindo e ganhando força no mercado brasileiro. No entanto, a pergunta que ela mais ouvia das empresas, quando começou a se falar em Net Zero, era como as instituições iriam fazer um compromisso para 2050, daqui a 28 anos? “Realmente é desafiador, estamos falando de um *‘turning point’* que precisamos fazer em nossa

economia e no setor financeiro. Entendemos as dificuldades de se colocar isso na prática e tomar as decisões corretas”, disse.

Mas, por outro lado, Maria Eugenia ressaltou que as iniciativas estão se movendo muito rapidamente e chegando com velocidade também na América Latina. Ela cita como exemplo a forma como os Estados Unidos estão fazendo seu plano de infraestrutura com resiliência climática e revendo sua regulação financeira de acordo com as questões do clima.

Com a adoção de várias políticas Net Zero e a taxonomia adotada pela União Europeia, que será uma quebra de paradigma, Maria Eugenia acredita que haverá mais informações à disposição, o que vai impactar não só os bancos, mas também os investidores. “Tudo isso vem em uma velocidade que nunca se viu antes, estamos falando em 2050, mas daqui cinco anos já será muito diferente do que temos hoje. Os bancos, as seguradoras e os investidores têm que enxergar o Net Zero como uma jornada. Claro que ainda falta contar com metodologia e base de dados, mas esses desafios são para todo mundo”.

A coordenadora da UNEP FI explicou qual a situação atual de cada um dos setores membros da entidade. No lado dos investidores, que representam uma aliança mais antiga em relação ao Net Zero, são 56 empresas que precisam refazer suas metas a cada cinco anos. “Eles lançaram nesta semana um relatório de progresso, no qual 29 membros se comprometeram a reduzir as suas emissões de 25% a 30% até 2025”.

Em relação aos bancos, que também terão que revisar suas metas a cada cinco anos, o compromisso firmado prevê, em um prazo de 18 meses, que cada instituição tenha uma meta para os setores que são altamente intensivos em carbono. “Para o começo de 2022, teremos três

grupos de trabalho. Há um compromisso de avançar nessa agenda em colaboração entre os *players* locais e globais”, diz Maria Eugenia. A UNEP FI conta com 84 bancos como membros, 41% do “*global management*”, sendo que na América Latina estão presentes no grupo sete dos dez principais grandes bancos, entre eles o Bradesco, Santander e Itaú, além de filiais dos bancos globais, sobretudo os americanos.

Na parte de seguros, são apenas oito membros fundadores e a entidade busca por novos signatários na região. Não há um protocolo estabelecido para as empresas do setor, mas o compromisso é de, no prazo de 18 meses, estabelecer as diretrizes de como as seguradoras podem medir seus impactos. A partir disso, serão definidas as metas. “Estamos também produzindo uma série de publicações para explicar o que significa Net Zero para as seguradoras”.

Professor titular de Economia da Energia na COPPE-UFRJ, Roberto Schaeffer destacou o tamanho das emissões globais anuais, que atingem entre 45 e 50 bilhões de toneladas de CO₂ equivalente. Segundo ele, temos de 10 a 15 anos nos níveis atuais de emissões se quisermos estabilizar a temperatura do planeta em 1,5°C ou 2°C, o que seria o limite seguro para controlar a elevação dos níveis dos oceanos, eventos climáticos ex-

tremos e impactos na agricultura, na biodiversidade e na saúde pública. “Mais importante que o Net Zero, que é apenas um ponto no tempo, é a trajetória até chegar lá. A emissão continuada de CO₂ de agora até o Net Zero é o que de fato interessa”, disse.

Schaeffer pontuou que o carbono emitido para a atmosfera tem duração praticamente infinita, por isso é preciso reduzir o quanto antes as emissões para se chegar em 2050 com emissões compatíveis com uma trajetória que limite o aumento da temperatura global do planeta em até 1,5°C em relação aos níveis registrados na era pré-industrial, até o final deste século. “Quanto mais efetiva for a atuação no curto prazo e começar a reduzir as emissões hoje, mais distante poderá se dar o Net Zero”, explicou. O professor titular de Economia da Energia na COPPE-UFRJ falou também sobre as implicações econômicas durante essa trajetória para se alcançar o Net Zero. “Se você chegar lá rapidamente, reduzindo as emissões, haverá custos iniciais maiores, mas claramente benefícios econômicos de longo prazo muito mais elevados”, diz.

No Brasil, haverá setores da economia ganhadores e perdedores do ponto de vista de risco físico e risco de transição, explicou Schaeffer. Entre os perdedores em termos de risco físico, os setores de florestas, agricultura e pecuária, que podem, no entanto, eventualmente ser ganhadores do ponto de vista de risco de transição, na medida em que uma das maneiras de se lidar com a questão das emissões é replantar florestas e recuperar pastos, e aderir as tecnologias mais avançadas. “É o Brasil tem vantagens comparativas grandes em relação a isso”.

O setor de biocombustíveis será perdedor em relação ao risco físico, já que o setor é vulnerável às mudanças climáticas, e uma temperatura mais elevada leva a uma agricultura menos produtiva e, conseqüentemente, bio-

combustíveis mais caros. “Por outro lado, uma das melhores maneiras de se descarbonizar setores de difícil descarbonização, como aviação, navegação e de veículos pesados como caminhões, é por meio do biocombustível. Portanto, é um segmento ganhador em termos de risco de transição porque deve ganhar importância com o tempo”.

Já o setor elétrico, com exceção das hidrelétricas, é um segmento claramente ganhador do ponto de vista de risco físico. As energias eólica e solar são relativamente imunes à mudança do clima, inclusive a eólica deve passar a ter ventos de melhor qualidade. “E no caso do risco de transição é um setor que crescerá muito de importância, na medida em que a melhor maneira de se descarbonizar uma economia é eletrificar tudo o que pode ser eletrificado, como boa parte do setor de transportes, setor industrial, setor residencial, setor comercial etc”, disse.

O grande perdedor, na avaliação de Schaeffer, é o setor de energias fósseis (carvão, óleo e gás), que será afetado levemente pelo risco físico, mas muito prejudicado pelo risco de transição. “Por outro lado, enxergo uma pequena oportunidade para o setor de petróleo em investir mais na petroquímica, e a possibilidade de algumas instalações de refino de petróleo se adaptarem para o co-processamento da biomassa, que vai crescer em importância”.

FEBRABAN

Federação Brasileira de Bancos

cafecom sustentabilidade.febraban.org.br